

## **MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E MINISTÉRIO DA FAMÍLIA, INCLUSÃO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL**

### **Portaria Conjunta n.º 11/2026 de 12 de fevereiro**

**Sumário:** Aprova os valores dos coeficientes de revalorização a aplicar na atualização das remunerações anuais registadas que servem de base de cálculo das pensões da proteção social obrigatória, durante o ano de 2026.

#### **Nota justificativa**

De acordo com o disposto no Artigo 30º da Lei n.º 131/V/2001, de 22 de janeiro, que define as bases da proteção social o montante das prestações atribuídas no regime da Proteção Social Obrigatória, seriam definidas tendo em atenção os rendimentos dos segurados e demais requisitos estabelecidos no referido diploma legal.

Determinou-se igualmente que esses rendimentos estariam sujeitos ao princípio de revalorização dos montantes que servem de base para o cálculo das prestações a serem atribuídas.

Com efeito, o Decreto-Lei n.º 5/2004 de 16 de fevereiro, que desenvolve as bases de aplicação do sistema de segurança social de trabalhadores por conta de outrem, com as alterações introduzidas posteriormente pelo Decreto-Lei n.º 5/2005, de 25 de julho e pelo Decreto-Lei n.º 50/2009, de 30 de novembro, por sua vez, prevê no artigo 61º, que “o montante mensal das pensões de invalidez e velhice corresponde a 2% da remuneração de referência por cada ano civil (...)”. Mais ainda prevê o artigo 62º, que “as remunerações a considerar para a determinação da remuneração de referência são atualizadas por aplicação aos respectivos valores anuais de um coeficiente calculado para cada ano, conforme a variação do índice geral de preços no consumidor”.

Portanto, atendendo ao facto de que é necessária a aprovação dos coeficientes de revalorização a serem utilizadas na determinação da remuneração de referência, que serve de base para cálculo das pensões de velhice e invalidez a partir do ano de 2026, procede-se a determinação dos coeficientes de revalorização com base no Índice de Preços no Consumidor (IPC), publicado pelo Instituto Nacional de Estatísticas, e considerando 2025, como o ano de referência, sendo que nos anos em que se registaram taxas de inflação negativas estas foram ajustadas para taxas de valor nulo (igual a zero).

Assim, ao abrigo do disposto na alínea b) do nº 2 do artigo 3º dos Estatutos do INPS, conjugado com o estabelecido no nº 2 artigo 62º do Decreto-Lei nº 05/2004, de 16 de fevereiro, com as alterações introduzidos posteriormente, e

No uso da faculdade conferida pela alínea b) do artigo 205º e pelo nº 3 do artigo 264º da Constituição,

Manda o Governo pelo Vice-Primeiro Ministro e Ministro das Finanças e Ministro do Estado, da Família, Inclusão e Desenvolvimento Social o seguinte:

### Artigo 1º

#### **Objeto**

O presente diploma, aprova os coeficientes a utilizar na atualização das remunerações a considerar para determinação da remuneração de referência (RR) que serve de base de cálculo das pensões de velhice e invalidez do regime da proteção social obrigatória durante o ano 2026, conforme tabela que segue em anexo a presente portaria, sendo parte integrante da mesma.

### Artigo 2.º

#### **Entrada em Vigor**

A presente Portaria entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação, e produz efeitos a partir do dia 01 de janeiro de 2026.

Gabinete do Vice-Primeiro Ministro e Ministro das Finanças e do Ministro do Estado, da Família, Inclusão e, Desenvolvimento Social, aos 31 de janeiro, de 2026. — O Ministro Vice-Primeiro Ministro e Ministro das Finanças e Ministro da Economia Digital, *Olavo Avelino Garcia Correia* e o Ministro do Estado, da Família, Inclusão e Desenvolvimento Social, *Fernando Elisio Leboucher Freire de Andrade*.

**Anexo**

(A que se refere o Artigo 1º)

<b>Anos</b>	<b>Índice de Preço no Consumidor (IPC)</b>	<b>Coefficiente de Atualização</b>
1990	53,32	2,8115
1991	56,74	2,6424
1992	59,68	2,5118
1993	63,20	2,3719
1994	65,30	2,2961
1995	70,78	2,1182
1996	75,04	1,9983
1997	81,59	1,8383
1998	85,06	1,7625
1999	88,37	1,6964
2000	86,24	1,6964
2001	89,41	1,6359
2002	76,15	1,6053
2003	77,06	1,5863
2004	75,60	1,5863
2005	75,94	1,6146
2006	79,61	1,5319
2007	83,12	1,4659
2008	88,75	1,3726
2009	89,64	1,3590
2010	91,50	1,3311
2011	95,59	1,2737
2012	98,02	1,2427
2013	99,50	1,2243
2014	99,26	1,2243
2015	99,39	1,2231
2016	97,99	1,2231

2017	98,17	1,2134
2018	100,00	1,1978
2019	101,11	1,1848
2020	101,72	1,1775
2021	103,61	1,1561
2022	111,83	1,0711
2023	116,00	1,0326
2024	117,21	1,0219
2025 (1)	119,78	1,0000
2026	NA	1,0000

**Fonte:**

Instituto Nacional de Estatística, <https://ine.cv/quadros/taxa-de-inflacao-nacional-1990-a-2023/>

Instituto Nacional de Estatística, <https://ine.cv/quadros/agregados-familiares-dos-coicop-da-serie-2018-100-janeiro-2019-a-dezembro-2024/>

IPC 1990-2001, ano base = 2007

IPC 2002-2023, ano base = 2018

**Nota:**

1) Taxa de inflação de novembro de 2025